



3009005



00135.205884/2022-85

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS****Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente****ATA 4 - 302ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA****DATA: 27 E 28 DE ABRIL**

Nos dias vinte e sete e vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, no Edifício Parque Cidade Corporate, foi realizada a 302ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. No dia 27/04/2022 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Castro, Representante da Flacso; Bernardo Patta Schettini, Representante da Secretaria de Previdência, MTP; Graciete Santa Anna do Nascimento, Representante da Flacso; Margareth Diniz, Representante da Universidade Federal da Paraíba, Maria da Conceição Nunes, Secretária Executiva da CEDCA-CE; Maria Izabel da Silva, Representante da Flacso; Marina Baldoni Amaral, Representante da Flacso. No dia 28/04/2022 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ângela Gandra, Representante do SNF/MMFDH; Ana Beatriz Diniz Silva, Representante do CPA; Ana Clara Marchi de Oliveira, Representante da CPA; Belize Obes de Melo, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Dayse Cesar Franco Bernardi, Representante da NECA; Débora de Carvalho Vigevani, Representante da Associação Fazendo História; Diego Bezerra Alves, Representante da Rede Cidadã; Eduarda Nayara Lemes de Andrade, Representante da CPA; Eduardo Vieira Mesquita, Representante da Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Edvaldo Ferreira de Lima, Representante da União Norte Brasileira de Educação e Cultura – UNBEC; Elizabeth Paola Saavedra Callisaya, Representante do CPA; Flavio Henrique Silva Santos, Representante do CPA; Glicia Thais Salmeron de Miranda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Isabela Aparecida Araujo Schirrmann, Representante da CPA; Leony Guilherme da Cruz Salustiano, Representante da CPA; Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Representante da ASPAR/MMFDH; Marta Volpi, Representante da Fundação ABRINQ; Magali Régis Franz, Representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Maria Eduarda Oliveira e Silva, Representante do CPA; Natália Silva, Representante do Ministério da Cidadania; Patrick James Reason, Representante do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária; Priscila Carvalho da Costa, Representante do Ministério da Saúde; Raquel Tavares Vieira John, Representante do Ministério da Educação; Roberto Wagner Rodrigues, Representante do Ministério da Economia; Sidnéia Bueno Marianno, Representante da Associação Nacional Criança Não é de Rua; Stephany Monique Corrêa da Cruz, Representante da CPA; Txai Staerke Rezende Scarponi Cruz, Representante da CPA; Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro, Representante do SNF/MMFDH; Wandemberg Venceslau Rosendo, Representante do Secretaria de Trabalho do MTP, William Eleutério Azevedo dos Santos, Representante do CPA; Yasmin Santos Oliveira, Representante do CPA.

Abertura da Reunião. O Sr. Diego Bezerra Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos, todos realizaram sua auto apresentação. Em seguida, o Sr. Diego Bezerra Alves apresentou e contextualizou a seguinte pauta – Dia 27/04/2022: 1. Informes da Secretaria Executiva do Conanda; 2. Aprovação da ata 301ª Assembleia; 3. Votação do PNEVCA; 4. Edital Caravanas; 5. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP: a) Representação da Defensoria Pública do estado como órgão do CEDICA/RS; b) Indicação para Subcomissão da XII CNDCA (Conselheiro Eduardo Subcomissão de Articulação); c) Ofício nº 02/2022 (FONACRIAD criação do Fundo Nacional da Socioeducação) – Reunião agendada 04 de maio, 14h30; d) Nota contra PL 7.553/2014; 6. Comissão de Políticas Públicas – CPP: a) Central de Vagas; b) Ofício nº 02/2022 (FONACRIAD criação do Fundo Nacional da Socioeducação, reunião conjunta COF, CPP, CDHAP propôs dia 04 ou 05 de maio); c) Relatório de Inspeção referente ao 1º Bimestre de 2022, realizada no Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Masculina (CESEIN) no dia 25 de fevereiro de 2022; d) Ofício/PRDC/PRRI/SGS nº 14301/2021 (normativas existentes no âmbito do CONANDA visando a proteção dos direitos das crianças e adolescentes trans); 7. Comissão de Orçamento e Finanças – COF: a) Execução do Plano Aplicação 2022. Dia 28/04/2022: 1. Comissão de Mobilização e Formação – CMF: a) impacto da Covid-19 na vida das crianças e adolescentes; 2. Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: a) Proposta de Documento orientador; b) Estrutura e cronograma do documento base; c) Identidade visual; d) Definição e readequação das subcomissões. Por unanimidade a pauta foi aprovada. Depois, foi informado os dados da Secretaria em relação aos novos conselheiros, que houve a visita do Prefeito da cidade de Campo Magro, Paraná, com a apresentação de um projeto que está sendo realizado na cidade e que houve a doação de um livro. Posteriormente, sobre a ata anterior, a Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda salientou que é a primeira ata a ser socializada aos conselheiros e aprovada e sugeriu o recebimento das atas anteriores para análise. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que as atas anteriores estão disponibilizadas no site da CONANDA. Foi evidenciado pelo Sr. Eduardo Vieira Mesquita que as atas são consideradas minutas porque não foram discutidas e sugeriu retomar as atas anteriores para análise. O Sr. Diego Bezerra Alves concordou pelo encaminhamento e retomada das atas anteriores para análise e aprovação pela ata da 301ª Assembleia. Foi aprovado por unanimidade o encaminhamento das atas anteriores para análise e aprovada a ata da 301ª Assembleia. Em seguida, foi passada para a votação do Programa Nacional para Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (PNEVCA). O Sr. Diego Bezerra Alves explanou sobre as propostas relacionadas a votação: 1. Não participação das reuniões e não aprovação por representante do CONANDA das deliberações, da comissão CIEVCA e PNEVCA; 2. Participação das reuniões e aprovação por representante do CONANDA no CIEVCA e Plano PNEVCA. Explicou que a votação ficou empatada em 9x9 e, portanto, conforme o Regimento foi proposta a nova votação para desempate. Sugeriu, que se pronunciassem primeiro os Conselheiros favoráveis a retirada. Com a palavra, o Sr. Eduardo Vieira Mesquita discorreu que o governo possui autonomia para propor ações sobre políticas públicas, e que, como o CONANDA é uma estatal, o PNEVCA é de competência do CONANDA. O Sr. Edvaldo Ferreira de Lima informou que o PNEVCA foi lançado, que inicialmente a proposta da sociedade civil era a retirada do CONANDA, mas que não houve a discussão no CONANDA, enquanto responsável pelo PNEVCA e sobre o histórico do Plano. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi ressaltou a importância do histórico do PNEVCA e do CONANDA. Informou que foi realizado um Plano e uma revisão aprovada pelo CONANDA. Salientou que a paridade e a função do CONANDA se perderam ao longo da criação do Plano. Explicou sobre a existência da violência e sua relação com o CONANDA. Informou que a pandemia causou um impacto grande no combate à violência, e citou como

exemplo uma criança indígena que sofreu violência. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno evidenciou a preocupação quanto ao lançamento do PNEVCA e a discussão posterior ao lançamento. O Sr. Wandemberg Venceslau Rosendo informou que acompanhou parte da apresentação do Plano e ressaltou que a votação é relacionada a participação do CONANDA do Plano. Acrescentou que o CONANDA possui competência para atuar na proteção da criança e adolescente, conforme a lei instituída há mais de 20 anos, e informou sobre o decreto que regulamenta a participação do CONANDA no Comitê. O Sr. Diego Bezerra Alves destacou que a discussão existe desde que foi implantado o decreto. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita explanou que o assunto foi discutido e que o Conselho precisa se manifestar e se posicionar quanto a isso, que o Plano não atendeu aos requisitos legais e sugeriu o governo submeter ao Colegiado para discussão para que seja um Plano Nacional de acordo com a lei nº 8242, inciso 1º e 2º. Arrazoou que se o Plano está sendo elaborado sem a apreciação e aprovação do CONANDA, e que seria necessário questionar o decreto judicialmente, porque não passou pelo CONANDA, não atendendo a lei. Discorreu sobre a necessidade de se realizar um estudo jurídico. Em seguida, a Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda informou que o CONANDA foi convidado a participar a respeito de um programa do governo e comparou com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Ressaltou que se trata de algo que a partir da proposta lançada por um programa de governo, será lançado um Plano sobre este programa. Ressaltou que o PNEVCA é relacionado a um problema de natureza mundial, que o programa continuará existindo e que a discussão é relacionada enquanto a participação do CONANDA no programa. Depois, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro salientou a importância de se discutir sobre o Plano e que o governo possui autoridade para editar decreto, que foi o realizado nesse caso. Arrazoou que o governo reconheceu a participação do CONANDA, e que não invalida as ações do CONANDA sobre a proteção da criança e do adolescente e citou como exemplo o último comitê deste conselho, que a Secretaria da Criança forneceu o apoio para que o Conselho funcionasse. A Sra. Priscila Carvalho da Costa informou que no cronograma houve dois momentos para divulgação. O primeiro foi sobre o lançamento técnico e o segundo mais oficial, político, previsto para lançamento dia 28 de maio. O Sr. Roberto Wagner Rodrigues ressaltou a diferença de política pública e a implantação dessa política. Explicou que Planos podem ser propostos por conselhos, mas não serem implementados por eles, porque depende de muitos fatores. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita discorreu sobre o decreto, sobre a obrigatoriedade de atender a lei, destacou sobre o artigo 6º e 8º da lei, que informa que o CONANDA está relacionado com o Plano. Sugeriu realizar um estudo técnico jurídico para analisar o decreto para verificar a responsabilidade do CONANDA com o Plano. Ressaltou que um programa é instituído pelo governo e tem um tempo de validade e um Plano Nacional é política de estado, de competência do Conselho. O Sr. Diego Bezerra Alves discorreu sobre a importância da votação nessa reunião e encaminhamento, realizou a leitura das propostas e iniciou a votação. Sobre a proposta 1, nove pessoas votaram a favor. Sobre a proposta 2, nove pessoas votaram a favor. Diante disso, conforme o Regimento Interno, em que o Presidente realiza o voto final, o Sr. Diego Bezerra Alves votou a favor da Proposta nº 1 por critério de desempate. Foi solicitado o encaminhamento do resultado da votação à Secretaria da Criança. Foi aprovada a solicitação pelo Sr. Diego Bezerra Alves. Ato seguinte, sobre o Edital das Caravanas, o Sr. Diego Bezerra Alves apresentou a proposta referente sobre o Edital das Caravanas, que as propostas encerram dia 02 de maio. Explicou que foi entendido o edital no presente momento não atende ao que foi deliberado pela gestão anterior do CONANDA, com prazo curto de 15 meses. Arrazoou que o edital atual não pode atender ao que foi previsto anteriormente e é proposto como encaminhamento o cancelamento do edital, reservar o recurso para futuramente se pensar numa nova proposta. Destacou a importância de decidir com urgência para divulgação em diário oficial. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro informou que participou do processo desde o início, que foi um exemplo de ação que foi destravada, como o CPA e Conferência Nacional. Ressaltou da importância do Caravanas para a Secretaria da Criança. Informou que o Fundo Nacional é gerido pelo CONANDA e que o CONANDA nas suas prerrogativas se mostrou favorável ao projeto de Caravanas, que houve uma destinação dos recursos, e que o recurso do Fundo é relacionado ao princípio da economicidade, relacionado as licitações. Afirmou que o Fundo é recurso público e relacionado a princípios orçamentários. Destacou que a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, como executora das políticas públicas, executou o que o conselho deliberou em relação ao Projeto Caravanas. Informou que conseguiu o fechamento do orçamento em R\$ 2.100.000 milhões. Em relação ao prazo, destacou o princípio da eficiência e sugeriu a manutenção do edital. O Sr. Diego Bezerra Alves destacou que não está se prevendo o monitoramento do CONANDA e outros fatores como preocupação, sendo um edital inexecutável com o que foi proposto pelo CONANDA. O Sr. Wandemberg Venceslau Rosendo questionou se teve uma equipe técnica para elaboração desse projeto e relatório detalhado. Demonstrou sua preocupação quanto ao cancelamento do edital sem a exposição do relatório para análise. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou sobre o histórico da construção do projeto, que é antigo, assim como o CPA. Arrazoou sobre a capacidade de mencionar do ponto de vista subjetivo do resultado das Caravanas. Entendeu a preocupação do Presidente e ressaltou a importância do Projeto, que é um processo longo e é necessário realizar uma análise para ver o que foi errado. A Sra. Magali Régis Franz explicou sobre o princípio da eficácia e explicou que é preciso analisar o projeto caravanas para verificar se trará eficácia. Foi questionado se o edital finalizado passou pela aprovação do Conselho. O Sr. Roberto Wagner Rodrigues informou que sempre é dado uma estimativa e que pode ser modificado quanto a parte orçamentária, que o cancelamento do edital pode trazer muitas implicações, que a publicação do edital atendeu a todos os princípios legais, com a existência de um memorial de cálculo para verificar orçamento. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita esclareceu que em relação ao diálogo, questionou a possibilidade de retificação do edital. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que foi realizado um esforço quanto as mudanças a serem realizadas para retificação do edital, ressaltou que o valor de referência no edital é de R\$ 2.100.000,00 e que pode ser proposto outro valor. Arrazoou que não há tempo hábil para debate e propôs a suspensão da discussão e retomar a discussão no dia posterior para votação. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro concordou e foi proposta a discussão para o dia 28/04/2022. Em seguida, passou para o próximo ponto de pauta, sobre o Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani explanou que foi realizada uma reunião dia 05, informou os participantes, os pontos de pauta e leu sobre os acontecimentos da reunião. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita informou que a discussão foi rica e intensa sobre o pedido da Defensoria do Rio Grande do Sul, explicou que o pedido foi relacionado a alteração da resolução do CONANDA. Esclareceu que órgãos da administração pública como a Defensoria e Procuradoria, que não estão referenciados a execução das políticas públicas, não tem prerrogativa para alteração, que no entendimento deles houve um equívoco porque a Defensoria é um órgão *sui generis*, que não é composto por membros do governo, diferente do conselho. Lembrou sobre a lei nº 8.242, que cita a participação do governo e sociedade civil. Sugeriu a Sra. Débora de Carvalho Vigevani a alteração no texto quando afirma que a Procuradoria e a Defensoria são órgãos de defesa do estado e parabenizou o texto. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro parabenizou a comissão, informou que existe a resolução nº 105 do CONANDA, que estabelece os parâmetros para a criação do conselho. Salientou como parâmetro principal a formulação de políticas públicas pelo Conselho. Ressaltou que a Procuradoria e a Defensoria não formula política pública e que não faz sentido a participação da Procuradoria e Defensoria no CONANDA. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno questionou sobre as fotos dos adolescentes menores de idade e o Sr. Diego Bezerra Alves explicou que será informado depois sobre a nota explicativa quanto a isso. Em seguida, a Sra. Marta Volpi explicou que foi reafirmado a possibilidade de a Defensoria participar das reuniões, mas é entendido que não é recomendado o assento na Comissão. Ressaltou que sentiu falta de menção no relatório do Projeto nº 4216 de 2019, que traz a proposta de trazer o Fundo. A Sra. Glicia Thais

Salmeron de Miranda discorreu sobre a autonomia dos estados e municípios, a importância da boa interpretação das normas regulamentadoras e que deve ter respeito as imposições nesse caso. Destacou que nas universidades se tem dificuldade em priorizar o direito de crianças e adolescentes. Explanou que não sabe se a participação desses profissionais é boa ou ruim na comissão, citou exemplo do estado de Pernambuco em que o jurídico participa do processo burocrático para atendimento as medidas de criança e do adolescente. Evidenciou que a participação na área jurídica atualmente muitas vezes é representada por associações. Ressaltou sobre a possibilidade de participação da Defensoria e Procuradoria com seus representantes. A Sra. Ângela Gandra ressaltou que a função da Defensoria é jurisdicional e quando se politiza uma ação, se torna mais complexo, que o ideal é separado. Entendeu que não se deve participar também pois pode prejudicar a implantação. Que a participação deles pode prejudicar a natureza jurídica do CONANDA. Com a palavra, a Sra. Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro informou que diante das opiniões apresentadas, o relatório permanece sem alterações. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi e o Sr. Eduardo Vieira Mesquita ressaltaram a importância da participação dos adolescentes na reunião e o Sr. Diego Bezerra Alves concordou. A adolescente Ana Beatriz Diniz Silva solicitou a ênfase quanto as siglas, que muitos adolescentes não entendem o significado e que ela quer dar o parecer dela quanto ao uso de imagem. Em seguida, a Sra. Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro leu o parecer do relatório, destacando a posição desfavorável quanto as alterações nas resoluções. Com a palavra, o Sr. Diego Bezerra Alves colocou em votação quanto a posição favorável quanto ao relatório e os encaminhamentos sugeridos por ele. Em unanimidade, foi aprovado por 15 votos o relatório e o primeiro ponto de encaminhamento da CDHAP, que consta no relatório lido pela Sra. Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro. Em seguida, passou para o próximo ponto de pauta, referente ao processo sigiloso. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro relatou sobre um processo de uma cidadão que se encontra no sistema penitenciário, em um presídio de segurança máxima, e ele solicitou a revogação ou reanálise de uma portaria do Ministério da Justiça, em relação a restrições impostas pela regulamentação previdenciária. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita explicou a situação com mais detalhes. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda sugeriu o envio antecipado para análise e o Sr. Eduardo Vieira Mesquita concordou. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita ressaltou que isso é de natureza jurídica e sugeriu ouvir o relato do Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda destacou sobre o impacto da abordagem de um assunto sigiloso e que os conselheiros devem decidir em sigilo. O Sr. Diego Bezerra Alves sugeriu a abordagem do assunto na próxima assembleia, em sigilo, com o envio dos detalhes dos assuntos aos demais conselheiros. Ato seguinte, a Sra. Sidnéia Bueno Marianno ressaltou a importância de se tratar isso de forma geral. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita concordou sobre a importância do sigilo, para o assunto ser socializado aos conselheiros com o compromisso do sigilo e ter uma reunião sigilosa sobre o assunto. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno ressaltou que passar para a próxima assembleia pode prorrogar o tempo afetando a família. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita ressaltou que é um caso atípico e que deve ser realizado em um ambiente seguro. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro evidenciou que as resoluções nº 9197 e nº217 asseguram a participação do CPA como membro do conselho e mesa diretora. Foi destacado a necessidade de se abordar na próxima reunião o assunto de forma geral, pois podem afetar muitos pais. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita sugeriu a discussão entre comissões, CDHAP e CPP, com estudo. O adolescente Leony Guilherme da Cruz Salustiano ressaltou que o caso compete aos especialistas da área, mas que existe diferença entre o caso e a situação que representa, que a situação compete também ao público-alvo, que os adolescentes deveriam participar quanto a esse assunto. **Encaminhamentos: retomada do tema na próxima reunião e a CDHAP e CPP realizarem o debate de forma mais ampla.** Aprovado por aclamação ao encaminhamento. Foi ressaltado sobre manter a resolução. Em seguida, o adolescente Flavio Henrique Silva Santos questionou se o assunto do caso sigiloso e discussão mais ampla retornará para a CDHAP, junto com a ideia de discutir com outras comissões e questionou se o CPA participará da discussão e foi esclarecido pelo Sr. Diego Bezerra Alves que sim. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou que não serão responsabilizados por isso e sim os conselheiros. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita ressaltou que deve ser discutido a participação da CPA e sugeriu no caso concreto a discussão com os conselhos e no caso mais amplo a discussão com a CPA. A Sra. Marta Volpi informou que está previsto no ECA, artigo 19, parágrafo 4º, que trata da convivência familiar e comunitária, uma inserção de 2014, sobre visita e informou que pode ser discutido como isso pode ser implementado nos estados. Foi esclarecido que a visita é implementada, mas sem contato físico. O Sr. Diego Bezerra Alves solicitou a discussão do assunto em momento posterior. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita destacou sobre o caso ser sobre uma penitenciária de segurança máxima e que existem procedimentos específicos para visitação em presídios, imposto por Portaria. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro citou como instrumentos legais para análise do caso: lei nº 11.671, de 2008, decreto nº 6.877 de 2009 e Portaria nº 157 de 2019 do Ministério da Justiça, com detalhes a serem enviados na CDHAP. Em seguida, foi passado para a pauta Nota contra PL 7.553/2014. Em seguida, a Sra. Débora de Carvalho Vigevani realizou a leitura da nota. A adolescente Ana Beatriz Diniz Silva parabenizou o CONANDA pelo posicionamento e discordou da alteração no ECA. O adolescente Leony Guilherme da Cruz Salustiano discordou sobre a divulgação da imagem, pois prejudica o elo mais fraco e ressaltou que a taxação não auxilia na reintegração do adolescente na sociedade. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno sugeriu colocar na nota o nome do parlamentar que sugeriu. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro discordou. A Sra. Marta Volpi ressaltou que a autoria é uma informação pública e concordou com a divulgação do nome. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi sugeriu como proposta de encaminhamento a autoria pública e o CONANDA se posicionar com uma nota pública. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou que nada impede a divulgação da autoria, mas que não há necessidade disso, pois envolvem várias pessoas, que nada impede que na nota pública se posicione a favor ou contra ao PL e questionou se a nota pública será contra o PL ou a atitude do parlamentar. Ressaltou que a fala dos adolescentes foi importante. O Sr. Diego Bezerra Alves concordou com a Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda em não citar o parlamentar. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro ressaltou que não está defendendo o parlamentar e que a nota passa por várias comissões, que se em todo PL colocar o nome do autor, perderá o mérito da nota. A Sra. Marta Volpi discordou e informou que o PL anterior foi mostrado a autoria. O adolescente Guilherme da Cruz Salustiano se demonstrou a favor da divulgação do nome em espaço notório. A adolescente Ana Beatriz Diniz Silva ressaltou que concorda com a divulgação, que é uma posição do CPA. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita sugeriu a votação e o Sr. Diego Bezerra Alves concordou. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno salientou que a nota pública tem que ser técnica, mas popular também e concordou com a divulgação. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani concordou com colocar o nome do deputado. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro ressaltou sobre a integridade da nota e não o deputado. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda lembrou que foi exposto o nome do deputado na outra nota. O Sr. Wandemberg Venceslau Rosendo ressaltou que a exposição do deputado pode levar a um vício e discordou com a exposição. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi ressaltou que teria que ter a ementa. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda solicitou colocar o que será alterado. Apresentadas as duas propostas, o Sr. Diego Bezerra Alves iniciou a votação, informando que a proposta 1 é manter a nota mencionando o deputado autor do PL e ementa e a proposta 2 é manter a nota original sem inclusão de nome. Feita a votação, nove foram votos favoráveis a proposta 1 e sete foram favoráveis a proposta 2. Portanto, foi aprovada a nota com a proposta 1. A Sra. Marta Volpi ressaltou que o debate é sobre o conteúdo. A Sra. Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro evidenciou a importância da citação da autoria, mas que envolve outras pessoas na aprovação. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani informou que os itens sobre FONACRIAD e o relatório realizado Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Masculina (CESEIN) serão debatidos na CPP em reunião agendada no dia 04 as 14h30, acrescentou que o relatório de inspeção

será analisado nessa reunião. Em seguida, passou para a Comissão de Políticas Públicas. A Sra. Natália Silva realizou a leitura da reunião realizada. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou o ponto 1 foi passado para a coordenação de medidas socioeducativas, sobre a central de vagas informou que está regulamentado em alguns estados, que o CONANDA deve se preocupar com as garantias fundamentais, que em face de muitas denúncias as alterações foram realizadas, que a história é importante para demonstrar as mudanças que foram realizadas. Evidenciou que se é discutido nesse caso os casos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, que é uma discussão que envolve várias áreas e agradeceu a presença dos convidados e do CPP. Sobre a Resolução nº 164, informou que o Ministério do Trabalho respondeu e ressaltou a importância da discussão das medidas socioeducativas e trazer a responsabilidade dos gestores. O Sr. Diego Bezerra Alves sugeriu estender o convite a Sra. Gisele estar na Plenária de maio para sugerir a parceria público-privada, com relação a pauta trans, ressaltou que cabe a CPP a discussão sobre o tema para propor políticas. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou que a pauta urgente sobre adolescentes trans deve ser discutida com urgência no CONANDA. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que participará de uma reunião no Ministério sobre o assunto e trará o debate sobre isso. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno questionou se teria que ter um posicionamento do CONANDA na reunião e o Sr. Diego Bezerra Alves negou. **Encaminhamento: estender o convite a Sra. Gisele estar na Plenária de maio para avançar no debate.** Por aclamação, todos aprovaram o relatório e o encaminhamento. Em seguida, passou para a pauta da Comissão de Orçamento e Finanças – COF. O Sr. Edvaldo Ferreira de Lima leu o relatório. Foi ressaltado a importância sobre o Kit Higiene e recursos para o fundo. Foi questionado sobre a impressão do Guia. Foi informado que esse processo está em andamento e que o Ministério da Cidadania realizará a impressão. O Sr. Edvaldo Ferreira de Lima salientou que o sentimento enquanto comissão é de frustração, porque os recursos são insuficientes e solicitou a Secretaria mais atenção na execução e que o encaminhamento da COF é a contratação de uma equipe técnica em licitações e pediu a colaboração dos conselheiros. O Sr. Diego Bezerra Alves concordou. A Sra. Magali Régis Franz ressaltou da importância da contratação e questionou se o que foi deliberado foi acompanhado pela Secretaria. Foi informado que não houve mudanças nas deliberações. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda questionou o que será alterado e o prazo e que trouxesse o técnico na próxima reunião para esclarecimentos. O Sr. Diego Bezerra Alves questionou se todas as ações estão em andamento e foi confirmado. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi perguntou se existe alguma medida prioritária quanto a compra de celulares, notebooks e rede para participação da CPA e foi confirmado, que está em andamento. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro informou que existem muitos responsáveis de vários setores. O Sr. Diego Bezerra Alves solicitou a atualização de cada responsável por relatório da Secretaria Executiva nas reuniões. Em seguida, o Sr. Edvaldo Ferreira de Lima ressaltou que o Kit será feito por licitação e que isso é um processo demorado e que precisa de apoio técnico para execução. Foi informado que existe recurso para acompanhar a CPA. A Sra. Maria Izabel da Silva informou que o CONANDA necessita de mais pessoas e recursos para realizar mais medidas para serem executadas. O Sr. Diego Bezerra Alves concordou. **Encaminhamentos: 1. Reiterar a pedido de reforço da ampliação da equipe da Secretaria executiva do Conanda visando garantir o Plano de Aplicação de 2022; 2. Trazer o relatório detalhado do plano de aplicação de 2022 a cada assembleia e estender convite aos coordenadores/técnicos responsáveis de cada área nas reuniões do COF para esclarecimentos.** O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro concordou e informou que a preferência é manter o trabalho da Flacso e que devem ser encontradas alternativas para viabilizar. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda informou que as motivações existem, que existe uma possibilidade de pensar na qualificação e expertise do assunto, pensar nas perdas e ganhos. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita concordou com a opinião do Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro. A adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva ressaltou a importância da qualificação para os debates e que a Flacso ajudou bastante e o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro concordou sobre a qualificação. Realizada a votação, foi registrada a aprovação do encaminhamento. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou sobre a discussão sobre a Chancela e o Sr. Diego Bezerra Alves sugeriu a discussão no dia seguinte. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a reunião foi encerrada. **Abertura da reunião – Dia 28/04/2022:** O Sr. Diego Bezerra Alves iniciou a reunião e explicou sobre a pauta. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita solicitou colocar os informes da presidência na pauta e foi acatada a sugestão. A pauta foi aprovada por aclamação. Em seguida, passou para a pauta sobre o Edital Caravanas. O Sr. Diego Bezerra Alves retomou a proposta de encaminhamento de cancelamento e sugeriu a votação. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro reiterou sobre o esforço do governo em propor melhorias e em seguida o Sr. Diego Bezerra Alves iniciou a votação, sendo a proposta 1 o cancelamento do edital das Caravanas nº 7547 de 2022 e a proposta 2 a manutenção do edital das Caravanas nº 7547 de 2022. Sobre a votação, 9 votos favoráveis a proposta nº 1 e 8 votos favoráveis a proposta nº 2. Portanto, foi decidido pelo cancelamento do edital por maioria e sugerido o encaminhamento do resultado da votação ao setor responsável. Em seguida, passou para o relato da Comissão de Mobilização e Formação – CMF CMF. A Sra. Priscila Carvalho da Costa realizou a leitura. O Sr. Diego Bezerra Alves passou a palavra para os adolescentes. Foi informado que a pesquisa foi realizada com o auxílio de especialistas, ressaltado que foi afetado bastante a saúde mental de crianças e adolescentes e saúde física, aumento das violências domésticas em crianças e adolescentes, aumento da pobreza menstrual, que as meninas não tiveram muito auxílio e problemas com conexão para realizar provas, cortes na educação. Foi destacado quanto ao trabalho infantil, que as escolas auxiliam na fiscalização e sugerido para os pautas para o CONANDA dignidade menstrual, trabalho infantil, evasão escolar e outros assuntos. Em seguida, o adolescente Leony Guilherme da Cruz Salustiano citou um poema, ressaltou sobre como a saúde mental foi afetada na pandemia. Arrazoou sobre o incômodo para as mulheres para manter a saúde mental quanto a pobreza menstrual e como a violência afeta na saúde mental e explanou sobre o impacto das redes sociais na saúde física. A adolescente Eduarda Nayara Lemes de Andrade discorreu sobre a saúde mental dos adolescentes na pandemia, explanou sobre o baixo investimento em saúde mental, que foi constatado em pesquisas que a internet interfere na saúde mental e que houve uma taxa significativa de suicídios em jovens de 10 a 19 anos durante a pandemia. Depois, como soluções, o adolescente Leony Guilherme da Cruz Salustiano sugeriu reuniões com os adolescentes que adquiririam alguns tipos de transtornos mentais e esses encontros seriam mediados por especialistas. Evidenciou que é necessário o adolescente compartilharem seus problemas de saúde para buscar melhorias e a conscientização contra o preconceito com pessoas que realizam tratamentos psicológicos. Em seguida, a adolescente Isabela Aparecida Araujo Schirrmann ressaltou sobre o papel dos adolescentes, relatou sobre os problemas de adolescentes que ficaram órfãos na pandemia e sofreram violência e que houve muitas perdas de crianças e adolescentes por causa da falta da vacina e requiriu parar o julgamento sobre a vacina. Depois, a adolescente Stephany Monique Corrêa da Cruz comentou sobre os impactos da pandemia na saúde física, ressaltou que o estilo sedentário é algo ruim, que pode aumentar o risco de doenças como hipertensão e diabetes. Informou que a pandemia prejudicou a prática de atividades físicas, visto que não estava na escola. Ressaltou que a internet ajudou como meio de ensinar práticas físicas e divulgação da doença, mas também espalhou notícias falsas. A adolescente Isabela Aparecida Araujo Schirrmann destacou que na internet durante a pandemia aumentou muito sobre o padrão de físico e é recomendado o acompanhamento profissional e incentivos para manter a saúde. O adolescente Flavio Henrique Silva Santos discorreu sobre a violência, que existem vários tipos de violências e como foram influenciadas pelo contexto de pandemia, ressaltou que o Brasil é um país historicamente violento, que houve casos de crianças e adolescentes que foram violentadas na pandemia, casos de casamento antecipado, ressaltou sobre a brutalidade de policiais contra negros e pontuou que normalmente é desconsiderado o *bullying*, corpo ideal entre outros problemas. Informou que a violência atinge a todos, não

somente quem sofre. Ressaltou sobre a violência de expor os adolescentes que cometeram infrações. A adolescente Elizabeth Paola Saavedra Callisaya ressaltou sobre a grande quantidade de nascimento de bebês na pandemia, da violência sofrida por eles durante o período e apresentou como soluções a realização de mais projetos sociais para reduzir a desigualdade social, trazer subsídios para estudos e pesquisas e projetos de segurança pública para pesquisas sobre o controle da violência e promover o desenvolvimento de modelos de organização de gestão e processos mais eficientes e eficazes para todos. A adolescente Ana Beatriz Diniz Silva abordou sobre a pobreza menstrual, que atinge muitas meninas e transsexuais, que é necessário fazer campanhas sobre isso, esclareceu que 25% das mulheres não tiveram acesso a absorventes e relatou casos de atendimento a saúde que as pessoas sofrem desse problema, além da evasão escolar que ocorre por causa desse problema. Destacou sobre pesquisas que sobre a falta de produtos de higiene e banheiros de qualidade. Ressaltou que existe um imposto alto nos produtos de higiene feminino. Que existem casos que meninas não sabem que sofrem do problema e outras tem o problema e não relata. Como soluções relatou a distribuição de absorventes das UBS's e escolas, educação sexual e menstrual nas escolas com o apoio do governo, coleta de dados em estados e municípios, políticas públicas para saneamento básico e higiene, revisão das políticas públicas com foco nos públicos minoritários como meninas, meninas pretas, indígenas, periféricas, estudantes da rede pública de ensino e residentes das regiões norte e nordeste e meninas em situação socioeducativa, ampliação do debate com relação a meninas transsexuais, não binários e outras pessoas que menstruam e ampliação da rede de combate a pobreza menstrual, com plano de ação e ressaltou como as escolas estão reagindo diante da evasão escolar por causa da pobreza menstrual. A adolescente Yasmin Santos Oliveira se apresentou e explanou os impactos na educação na pandemia, como a evasão escolar, trabalho infantil, falta de incentivo familiar, pobreza menstrual. A adolescente Ana Clara Marchi de Oliveira ressaltou a importância da educação sexual e sua relação com a educação. Quanto as aulas on-line, explanou sobre as dificuldades, como a falta de acesso. A adolescente Yasmin Santos Oliveira sugeriu o apoio dos aplicativos nas aulas presenciais. Evidenciou que um dos motivos da evasão escolar é o fato de adolescentes não acreditarem na vacina e algumas escolas exigirem passaporte de vacina. A adolescente Ana Clara Marchi de Oliveira destacou que o fato de os adolescentes não tomarem a vacina pode ser pela influência dos pais. A adolescente Yasmin Santos Oliveira sugeriu o apoio de profissionais aos alunos durante esse retorno. A adolescente Ana Clara Marchi de Oliveira ressaltou a dificuldade dos adolescentes com deficiência durante a pandemia. A adolescente Yasmin Santos Oliveira informou que alguns estados estão realizando medidas quanto a volta as aulas dos adolescentes e ressaltou o apoio dos estados. A adolescente Ana Clara Marchi de Oliveira informou que existem estados que estão fornecendo bolsa para volta as aulas e no Mato Grosso o uniforme completo para aula. Em seguida, a adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva e o adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos se apresentaram. O adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos realizou a introdução sobre o trabalho infantil. A adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva ressaltaram o artigo nº 60 do ECA. O adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos destacou o artigo 7º, inciso 33º da Constituição Federal de 1988, e a PEC nº 18 de 2011, que tratava sobre a redução da idade e foi repudiado. A adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva salientou que, conforme o PDAD, 1,8 milhão de adolescentes estavam trabalhando, muitos em situações perigosas. Ressaltou que muitos adolescentes sofreram acidentes de trabalho, principalmente no comércio varejista. O adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos informou que na pandemia muitos que estavam em trabalho infantil sofreram acidentes. A adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva ressaltou que a pandemia o trabalho infantil se agravou. O adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos arazou sobre as comissões como CONAETI que tratam sobre o trabalho infantil. A adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva explanou sobre os tipos de trabalho infantil e citou como proposta ao CONANDA fortalecer a parceria com organizações de trabalho infantil, que combatem isso, fortalecer políticas públicas de aprendizagem profissional. O adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos propôs como solução a disseminação sobre informação de trabalho infantil em escolas e organizações com contato com crianças e adolescentes e campanha nas escolas com a participação da família. A adolescente Maria Eduarda Oliveira e Silva destacou a importância de realizar ações para reduzir o trabalho infantil. Foi ressaltado a importância das políticas das crianças e adolescentes. O Sr. Diego Bezerra Alves parabenizou o trabalho e solicitou o envio das propostas. Com a palavra, o Sr. Flavio Henrique Silva Santos ressaltou da importância das medidas. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro parabenizou os trabalhos e informou que foi lançado o aplicativo SABE, sobre as denúncias quanto a violação dos direitos humanos, e ações sobre povos e comunidades tradicionais, principalmente crianças e adolescentes. A Sra. Priscila Carvalho da Costa parabenizou os trabalhos, informou que nas UBS's se tem a preocupação na atenção primária quanto a educação para a sexualidade responsável e o planejamento familiar e cuidados de saúde mental, como a Jornada de Saúde Mental, que sairá em 30 de junho, informou que a educação menstrual é um assunto da nova caderneta de saúde dos adolescentes, que será disponibilizada em maio, informou sobre as discussões sobre a educação menstrual no decreto nº 10.989, de 2022, caderneta da criança e adolescente, que será distribuído em maio e, a respeito da vacina, explicou que o Brasil é um dos países que mais se vacina. A Sra. Marta Volpi ressaltou a importância da saúde mental, do reconhecimento da beleza sem precisar mudar para um padrão. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi abordou sobre a responsabilidade dos adultos, ressaltou sobre as políticas públicas, que a mentalidade deve ser modificada e solicitou que fossem enviadas as propostas por escrito para deliberação e que a Flacso ou setor responsável informasse sobre como os adolescentes representantes vivem e informações deles quando ocorrer a eleição. A Sra. Natália Silva parabenizou a apresentação e destacou sobre o Programa Criança Feliz, que atende crianças de 0 a 6 anos e durante a pandemia o trabalho continuou com esforço e citou o livro ABC. A Sra. Magali Régis Franz parabenizou a apresentação e enfatizou que foram criadas políticas públicas e ressaltou a necessidade como cidadãos cobrar a injeção de recursos na efetivação de políticas públicas. A Sra. Belize Obes de Melo parabenizou os trabalhos e salientou a importância das escolas no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno parabenizou o trabalho e destacou o impacto da pandemia na vida dos adolescentes, questionou quais crianças teriam acesso ao aplicativo SABE, e se deveria ter uma manifestação do CONANDA quanto a criança indígena. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que, quanto a manifestação foi inicialmente discutida na mesa diretora. Foi sugerido a elaboração de um texto formal para ser aprovado na próxima assembleia. Foi proposto pelo Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro a presença da Sra. Fernanda. O Sr. Eduardo Vieira Mesquita parabenizou os trabalhos, ressaltou que o ECA adotou a proteção integral e o encaminhamento das propostas. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani parabenizou, sugeriu o encaminhamento das propostas a Agenda 227 e destacou a participação de adolescentes na formação de políticas públicas. Foi sugerido isso colocar nos projetos de lei também. O Sr. Wandemberg Venceslau Rosendo ressaltou a importância do governo em se preocupar com os impactos dos adolescentes, informou que o CONAETI foi colocado como uma das instâncias do CONANDA por decreto e da existência de um grupo que analisou a aprendizagem profissional em conjunto com a educação. A Sra. Raquel Tavares Vieira John informou que foram instituídos em 2021 câmaras técnicas, Programa Educação em Família, Disque 100 Brasil na Escola, busca ativa, Programa Brasil na Escola, cursos de formação e sugeriu explorar o site do Ministério da Educação. A Sra. Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro parabenizou a apresentação e informou sobre o programa Famílias Fortes. O adolescente Flavio Henrique Silva Santos explanou como a internet influencia na saúde física e mental e questionou se os adolescentes podem participar da discussão quanto a Jornada Saúde Mental, pois existem várias contribuições a serem feitas. Foi questionado se pode ser implementado a presença de um psicólogo nas escolas. Ato seguinte, a adolescente Isabela Aparecida Araujo Schirrmann destacou sobre a importância da autoestima. A

adolescente Eduarda Nayara Lemes de Andrade ressaltou que as políticas públicas não estão chegando a todos. A adolescente Ana Beatriz Diniz Silva solicitou publicar as medidas realizadas sobre a educação menstrual e sugeriu a participação dos adolescentes nos decretos. Foi informado que as cadernetas serão disponibilizadas depois, que Jornada não é o nome oficial e a construção das cadernetas foi realizada com adolescentes. A Sra. Vanessa de Barros Ferreira Peixoto Ribeiro informou que se pretende em mudar o nome de pobreza menstrual para dignidade menstrual e consultou a opinião dos adolescentes. A adolescente Ana Beatriz Diniz Silva explicou que a pobreza menstrual seria relacionada ao problema e dignidade a solução. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno ressaltou sobre o conceito pobreza menstrual.

Encaminhamentos da CMF: envio das propostas para análise. Foi realizada a votação e aprovado o encaminhamento da CMF. Foi ressaltado que adolescentes menores que 16 anos não podem viajar sozinhos em vôos de conexão, citou o caso do adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos e para viabilizar a participação dele na reunião foi analisado o regimento. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda solicitou a discussão futura sobre esse assunto e analisar o caso dos adolescentes caso ocorra novamente. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que a assembleia de junho será alterada para 15 de junho e passou para o próximo ponto de pauta, referente a conferência. A Sra. Belize Obes de Melo relatou o documento e a Sra. Maria Izabel da Silva informou que será feito um documento orientador. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda solicitou o envio dos documentos mais antigos.

Encaminhamento: envio do relatório. Foi aprovado por ampla maioria. O Sr. Diego Bezerra Alves em seguida sugeriu como encaminhamento sobre o trabalho infantil: solicitar com urgência a CONJUR e AGU o encaminhamento de pedido de inclusão do CONANDA para contribuir no processo nº 1121633. E pedido da audiência com o Ministério do Trabalho para tratar a aprendizagem profissional e a audiência com o deputado Arthur Maia sobre a PEC 18 e pedido de audiência referente a abertura de consulta pública destinada a colher sugestões e críticas sobre a pauta de entrega de crianças para fins de adoção no âmbito dos tribunais de justiça. Foi questionado como existiu essas demandas e foi explicado. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda ressaltou a importância do CONANDA nesses casos. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi ressaltou a importância do CONANDA em participar dessas situações. Em seguida, por votação, foi aprovada por aclamação os encaminhamentos. Foi proposto a adequação de datas, começar a mesa diretora dia 13 e as assembleias dias 14 e 15 de junho. Foi solicitado o envio do Calendário pela Secretaria Executiva. Foi aprovado por todos a alteração da data. Sobre a nota legal sobre o assassinato dos índios foi sugerido elaborar o texto em uma semana e ser aprovado posteriormente on-line. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda sugeriu a visita in loco e conversar com o representante local. Foi ressaltado que a viagem tem que ser marcada com 30 dias de antecedência com representante do governo e sociedade civil. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno ressaltou a importância da publicidade desse assunto.

Encaminhamentos: 1. Organizar junto a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a visita *in loco* de representantes do CONANDA, respeitada a paridade, e 2. Publicação de nota do CONANDA em uma semana com relação ao mesmo caso, divulgando no site do CONANDA a nota e a visita. Foi aprovada, por unanimidade os encaminhamentos. Por último, foram realizados os informes do Presidente sobre participação em eventos. Foi proposto o CONANDA retomar um cronograma enquanto Plano de ação. Foi informado existe uma comissão técnica sobre criança e adolescente e que se tem a necessidade de que o CONANDA tenha uma comissão permanente. O Sr. Diego Bezerra Alves concordou.

Encerramento: Finalizadas as discussões, o Sr. Diego Bezerra Alves deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata.

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Coordenador-Geral
Secretaria-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente